

V REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO – CNCD

Local: Aracaju/SE

Período: 8 e 9 de maio de 2014

RELATORIA

Dia 8 de maio de 2014

No dia 8 de maio de 2014, às nove horas, foram iniciados os trabalhos da V Reunião Extraordinária da Comissão Nacional de Combate à Desertificação – CNCD e a mesa de abertura contou com a presença do Sr. Genival Nunes Silva – Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Sergipe e do Sr. Francisco Carneiro Barreto Campello – Secretário Executivo da Comissão Nacional de Combate à Desertificação e Diretor do Departamento de Combate à Desertificação do Ministério do Meio Ambiente.

O Sr. **Francisco Carneiro Barreto Campello**, Secretário Executivo da Comissão Nacional de Combate à Desertificação, abriu os trabalhos destacando que esta V Reunião apresenta uma situação extremamente emblemática, pois foram criadas e estão sendo instaladas as Câmaras Técnicas que são permanentes que contribuirão para o avanço dos trabalhos da Comissão. Este ato representa um esforço interno, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, para que a Comissão Nacional de Combate à Desertificação possa, de fato, exercer o seu papel deliberativo e ter maior influência nos diversos segmentos dos governos federal, estaduais e municipais no sentido de estabelecer estratégias de convivência com a semiaridez e de combate à desertificação. Neste aspecto, ressaltou como avanços importantes da CNCD, a adequação do Regimento Interno, Resolução nº 6 da CNCD publicada em 27 de janeiro deste ano de 2014 e a criação das Câmaras Técnicas. Adiantou alguns pontos da pauta que serão tratados na reunião e em seguida, dando as boas vindas mencionou que os trabalhos contarão com um conjunto de convidados para compartilhar com a Comissão os trabalhos e esforços que estão colocados em prática em atendimento às demandas postas para a Secretaria Executiva da CNCD. Dentre os convidados citou os representantes do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais- INPE, da Fundação Parque Tecnológico da Paraíba, da Fundação Araripe e destacou os temas que estão sendo desenvolvidos por cada instituição citada. Em seguida passou a palavra para o Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Sergipe, o Sr. Genival Nunes Silva, que é membro da CNCD e o anfitrião no Estado.

Em sua intervenção, o Sr. **Genival Nunes Silva**, em nome do Governador do estado de Sergipe, o Sr. Jackson Barreto, deu boas vindas a todos e, em seguida

externou sua preocupação com as questões ambientais atuais no Brasil, em especial com a questão do Cadastro Ambiental Rural – CAR. Destacou que a exigência da averbação de reserva legal sobrecregou os órgãos ambientais que estão sob pressão e que, nesta situação, estão sendo taxados de lentos na emissão das Averbações da Reserva Legal - ARLs e com dificuldades de interlocução direta com os cartórios. Continuando, o Sr. **Genival** mencionou que a sua explanação pode ser entendida como um desabafo e que esta situação de estrangulamento deve ser demonstrada principalmente para que os membros de uma Comissão tão importante como esta saibam o que vem acontecendo em relação às questões ambientais do país. Ressaltou que o que está sendo feito no âmbito da CNCD, é construir política que pode balizar o planejamento. A questão ambiental não é questão temática e não é questão estruturante, por mais que se esforce e seja assim colocada. O que está acontecendo é que o licenciamento passou a ser o reflexo da temática ambiental e que puxa toda a discussão ambiental enquanto este deveria ser uma consequência de política e de planejamento bem feito na área ambiental. Como o licenciamento passou a ser o centro da questão ambiental no país ele segue com todas as mazelas, sem estrutura e condições adequadas. Os órgãos ambientais passaram a ser os grandes focos de problema. Nenhum órgão ambiental no país, federal, estadual ou municipal, tem estrutura para atender a imensa demanda ambiental que está posta na área ambiental.

O Sr. **Genival Nunes da Silva** destacou que veio do movimento ambientalista, que participou da luta, há trinta anos, para que o licenciamento fosse um foco importante dentro do processo da construção da política de meio ambiente. Enfatizou que é este sistema que está trazendo a discussão ambiental desse país. Apontou que se conhecem as dificuldades enfrentadas pelo Secretário Executivo desta Comissão para manter uma estrutura dessa e este segmento do combate à desertificação funcionando no âmbito do governo federal. Na sequência, mencionou que este é um momento no país para se rever a temática do meio ambiente e mudar o olhar para a construção da política ambiental. Como exemplo citou que na ABEMA, Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente, da qual é vice-presidente, já começaram a discussão, contrataram equipe de consultores, elaboraram um projeto e entregaram para a Ministra do Meio Ambiente. Destacou que é necessário mudar o olhar sobre o meio ambiente construindo a questão em todas as áreas porque senão, lá na frente, aparecerão na questão ambiental os grandes focos de problemas. Este olhar tem que ser para construção de políticas.

Em seguida, o Secretário de Sergipe destacou que o Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação - PAE tem avançado com várias ações voltadas para o tema e que o governo estadual tem interesse, pois não se pode um estado tão pequeno como o Sergipe conviver com a sombra da desertificação.

Finalizando, o **Sr. Genival Nunes da Silva** apresentou suas desculpas pelo desabafo, mas que os membros da CNCD são formadores de opinião e vem de outros estados e podem entender exatamente o que é feito e que isso pode trazer uma crise no campo e o culpado será o meio ambiente. Desejou a todos um excelente trabalho e uma boa acolhida.

Desfeita a mesa, o **Sr. Francisco Campello**, seguindo a programação proposta, **apresentou a pauta** para aprovação. **Aprovada a pauta**, prosseguiu com os trabalhos. Em seguida o Secretário Executivo da CNCD fez uma contextualização da pauta. Mencionou que o CAR, citado pelo Secretário Genival Nunes é extremamente estratégico para a questão do combate à desertificação e fez menção ao esforço que foi feito para que na implementação do CAR possam ter ferramentas que façam menção às áreas degradadas nas ASD. A intenção é ter estatísticas a nível de propriedade rural, sobre qual o tamanho da degradação e quais as suas principais causas, pois quando se olha as imagens de satélite às vezes não se consegue entrar neste detalhe e pode estar trabalhando de forma inadequada para reverter o processo de degradação. Ressaltou que na agenda de hoje da CNCD, além da instalação das Câmaras Técnicas serão apresentados informes técnicos aos membros da Comissão. Destacou que um dos itens será o **Sistema de Alerta Precoce**, importante ferramenta para trabalhar de forma preventiva e apontar situações de como atuar como governo e sociedade em situação de seca. Outro da pauta importante apontado pelo Secretário Executivo da CNCD foi a **discussão sobre o Relatório Nacional para a UNCCD**. São 20 anos de implementação da UNCCD. O Brasil participará, com dois técnicos do Departamento de Combate à Desertificação, de um treinamento da UNCCD para utilização do sistema PRAIS para a elaboração do Relatório. O prazo para fechar o referido documento é até junho de 2014 e o fechamento do Relatório Nacional precisa do apoio dos estados, pois o mesmo deverá refletir o que o Brasil está fazendo em prol do combate à desertificação, e o MMA vem há muito tempo trabalhando nas estratégias de convivência para o combate à desertificação e, neste campo, tem muito a apresentar. Terá um momento para discutir com a CNCD uma proposta de um Relatório Nacional à altura e que congregue os 20 anos de trabalho em prol da implementação da Convenção. Mencionou que um outro ponto de pauta com a CNCD trata de um **esforço para tentar reverter o principal vetor do processo de desertificação nas ASD que é a questão do desmatamento para atender à demanda energética**. Pontuou que existe uma grande dependência da biomassa na matriz energética e que isto pode ter seus aspectos positivos, mas da forma como hoje vem sendo praticada é extremamente negativa. Ressaltou a importância de como vem sendo trabalhada a cooperação técnica e isto vem ao encontro do que é colocado como preocupação pelo Secretário Genival. Enfatizou a ação com a cooperação técnica voltada para qualificar o licenciamento de modo a deixar de ter um licenciamento “cartorial” que só atende à documentação para um licenciamento que seja inteligente, técnico e que seja

construído no diálogo. Lembrou que o objetivo da V Reunião Extraordinária é a instalação das Câmaras Técnicas da CNCD, mas que é necessário este balanço de ações porque estão nos compromissos das entregas do Departamento de Combate à Desertificação no âmbito do Ministério do Meio Ambiente.

Dando continuidade à programação, o Sr. **Francisco Campello** informou que todos receberam uma pasta com documentos referentes às Câmaras Técnicas e que estes também foram enviados por e-mail e que foi solicitado às instituições que não puderam comparecer uma indicação para a composição das Câmaras. Fez referência àqueles que não puderam comparecer e que conforme o Regimento Interno a reunião está com quórum suficiente para deliberações. Em seguida apresentou duas **propostas metodológicas para a constituição das Câmaras Técnicas**: a primeira seria que a CNCD iniciasse o processo de discussão da composição das Câmaras. A segunda proposta foi circular a lista das CT e cada membro da CNCD avaliaria onde seria mais estratégico se inserir, enquanto se avança na programação da V Reunião. O Secretário Executivo lembrou que é possível participar de mais de uma CT. Fico decidido pela segunda opção de proposta metodológica. Diante disto, o Secretário Executivo da CNCD convidou a Sra. Rita Márcia Pinto da Silva Ribeiro, representante do Instituto Nacional Pesquisas Espaciais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – INPE/MCTI, para apresentar o Sistema de Alerta Precoce de Seca e Desertificação - SAP.

Antes da apresentação do INPE o Sr. **Francisco Campello** ainda fez uma breve contextualização sobre a importância do SAP para que se possa superar um pouco as críticas ao CAR e que, ao ficar pronto, o sistema poderá contribuir para os estados de maneira proativa. Lembrou que na equipe técnica do Departamento de Combate à Desertificação o Sr. Marcos Santana é quem coordena a ação do SAP junto com o INPE e quem vem acompanhando todo o processo de construção do sistema e de articulação entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

A Sra. **Rita Márcia Pinto da Silva Ribeiro** iniciou sua apresentação informando que trabalha no INPE de São Jose dos Campos e que desde 2010 está trabalhando com o MMA no desenvolvimento do SAP. Informou que na apresentação abordará os resultados que já foram finalizados e destacou como parceiros fundamentais na construção deste sistema o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, a Fundação Cearense de Meteorologia – FUNCEME e o Laboratório de Sensoriamento Remoto Agricultura e Floresta – LAF do INPE. Fez referência aos coordenadores de todo o processo de construção do SAP, do MMA o Sr. Francisco Campello e o Sr. o Marcos Santana do MMA, a Sra. Regina Célia dos Santos Alvalá e o Sr. Javier Tomasella, ambos do Centro de Monitoramento dos Desastres Naturais - CEMADEN/MCTI. Destacou, sem citar nomes, que também existe uma equipe multidisciplinar de engenheiros florestais, agrônomos, geólogos, biólogos, entre outros

pesquisadores, que contribuíram na elaboração do SAP, pela complexidade do sistema.

Dando sequência à apresentação, a Sra. Rita Márcia Pinto da Silva Ribeiro fez uma contextualização do SAP, discorrendo sobre pontos importantes para o entendimento do sistema. Abordou questões conceituais e específicas e destacou que o **SAP tem como objetivo** caracterizar e identificar áreas com maior susceptibilidade à degradação e deve prover as bases técnicas necessárias para a formulação de estratégias de redução de desastres e na formulação de ações em todos os níveis de governo e nas organizações sociais, bem como servir de fonte de informação para a sociedade. Além disso, deve permitir a integração e assimilação de dados de caráter biogeofísicos, socioeconômicos, nas mais variadas escalas temporais e espaciais. Em seguida apresentou os **quatro módulos componentes do sistema**: de avaliação e monitoramento de seca (modelos de previsão de risco de colapso de safras); de análise de susceptibilidade (mapas de susceptibilidade de áreas de risco); de disseminação da informação (listas de e-mails, boletins, relatórios, web site etc.); de prevenção, controle e mitigação da degradação (mapas de susceptibilidade, cenários futuros, ações de contingência e resposta).

Em continuidade a Sra. Rita Márcia Pinto da Silva Ribeiro enfatizou que o SAP vem sendo desenvolvido desde outubro de 2010, e que em 2013 fizeram a entrega dos mapas de geologia, pedologia, geomorfologia e uso. Foi definido que o SAP trabalharia com **11 indicadores facilmente mensuráveis e que estão presentes em todo o Nordeste**, sendo estes: o Índice de Aridez; a Geologia; a Geomorfologia; a Declividade; a Pedologia; Uso e Cobertura da terra; a Densidade da população rural; a Densidade de rebanho ovino/caprino; Densidade de focos de queimadas; o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM); e, por fim, as Unidades de Conservação. A pesquisadora do INPE detalhou para cada indicador a Escala/resolução, o período trabalhado e a fonte. Enfatizou que depois de três anos de muito trabalho conseguiram chegar no **mapa mosaicado para toda a área de estudo com escala de 1:500.000 e resolução de 90 metros**. Em seguida fez apresentação dos mapas de precipitação e evapotranspiração e os resultados para cada um dos 11 indicadores mencionados e suas especificidades.

Em seguida a pesquisadora do INPE fez uma abordagem sobre a **metodologia adotada para Atribuição dos Pesos aos indicadores**. A metodologia adotada é a da Agência Européia (Medallus), já testada em vários países da Europa e validada em escalas regionais e locais em países como a Itália, Espanha, Portugal e Grécia, apresentando resultados confiáveis na identificação de indicadores que levam à degradação do solo. No caso do Brasil há que se levar em consideração a diversidade e a complexidade por exemplo, do solo da área de estudo, diferente da Europa. Assim, a opção foi uma adaptação somando à metodologia Medallus o método aplicado por Crepani no Zoneamento Ecológico

Econômico (ZEE) do Nordeste. Esta metodologia gera um mapa, que é um resultado de um valor médio de pesos de geologia, geomorfologia, solo, clima, vegetação e terra, usando um conjuntos de dados. Começaram pela metodologia de Crepani para geologia, geomorfologia, pedologia e o uso para atribuir os pesos, porém o SAP ainda precisa de uma Reunião com especialistas que conhecem a área para os ajustes finais. Foram gerados 11 mapas dos onze temas selecionados para trabalhar, de vulnerabilidade à perda de solos. Resolvido o problema dos pesos voltaram para a metodologia Medallus, calculando-se os Índices de Qualidade Ambiental (IQA), de Qualidade Climática (IQC), de Qualidade de Manejo (IQM) e de Qualidade Social (IQS). Foi então gerado o mapa de suscetibilidade à degradação do solo abrangendo o período de 2000 a 2010. São as áreas mais suscetíveis. Foram observados os dados que indicam, por exemplo, que indo na direção do Maranhão as áreas estão ficando mais suscetíveis à desertificação devido ao avanço da fronteira agrícola. São questões que estão sendo observadas para verificar se os estudos condizem com esta realidade. No Ceará áreas de baixa passaram para de alta suscetibilidade. No Piauí o desmatamento ocorre principalmente por plantio de arroz e soja. Os resultados estão sendo validados para ver se os modelos precisam ser calibrados, mas a princípio estão percebendo que estão corretos. Citou outras áreas como Vale do Jequitinhonha, Petrolina. Enfatizou que o objetivo é fornecer subsídios para a tomada de decisões. Para o **acesso inicial ao SAP** foi criada uma página WEB que pode ser acessada no seguinte endereço: <http://www.dsr.inpe.br/laf/sap/>

Finalizando, a pesquisadora do INPE apresentou alguns destaques para a conferência dos dados por região e que também podem ser feitas por municípios para o período 2000/2010. Em seguida, pontuou **o que ainda precisa ser feito em relação ao SAP**:

- Detalhar as características do solo e definir os fatores que mais contribuíram para degradação, para aplicar a metodologia Medallus e verificar se não vai haver diferença
- Mapeamento dos diferentes tipos de cultura;
- Cenários futuros de mudança de uso da terra;
- Desenvolvimento dos índices de seca;
- Implementação do modelo de alerta: definir como será implementado, de 5 em 5 anos gerando os mapas de alerta.

A pesquisadora do INPE finalizou sua explanação informando que **todo o sistema esta sendo gerado utilizando software de domínio público** (Spring, TerraView, TerraME etc).

Após a apresentação do SAP, o Sr. Francisco Campello abriu para os debates.

O Sr. **Victor Uchôa Ferreira da Silva**, Sudene, destacou que participou da discussão inicial do SAP. Mencionou que em sua dissertação de mestrado usou a metodologia CREPANI e acrescentou dados sociais e que uma das questões observadas por ele é sobre a importância da análise dos mapas individuais como evoluiu ao longo do tempo. Quando sobrepõe um mapa sobre o outro se pode correr o risco de um dado que não condiz com a realidade. Citou como exemplo o IDH de Petrolina que foi muito elevado no período de 200/2010 e isso pode mascarar uma situação. Que tipo de composição pode se fazer para se ter um resultado diferenciado.

A Sra. **Rita Marcia Pinto da Silva Ribeiro, INPE**, informou que é este trabalho que está sendo feito neste momento. Juntando os mapas para não mascarar.

A Sra. **Margareth Silvia Benício de Souza Carvalho**, representante do governo do estado do Ceará pela Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos - **FUNCENE**, parabenizou pelo trabalho, pois para se chegar a uma escala como o SAP chegou é muito complicado. Destacou que o que poderia ter avançado é que cada Estado poderia trabalhar com esta metodologia, mapear para 100 mil já adotando esta metodologia para os alertas e as tomadas de decisões. Citou como exemplo o caso da carcinicultura no estado do Ceará. Sugeriu que seja definido o monitoramento para 5 anos.

O Sr. **Devanir Garcia dos Santos**, representante da **ANA**, fez coro às manifestações da SUDENE e da FUNCENE de que os indicadores mais fortes podem ser mascarados e citou o exemplo de Petrolina com os projetos de irrigação. Um caminho seria disponibilizar a apresentação e cada um localmente poderia contribuir com conhecimentos específicos e locais.

O Sr. **Ricardo da Cunha Pereira Lima, INSA-MCTI**, sugeriu agrupar indicadores por tema e analisar separadamente. Destacou a necessidade de uma análise de indicadores de qualidade e questionou a resolução de cobertura em 90 metros.

A Sra. **Rita Marcia Pinto da Silva Ribeiro, INPE**, se posicionou informando que poderia ficar por menos, mas a geologia e a geomorfologia nivelaram para 90 metros. Destacou que muitos alunos da pós graduação estão solicitando ao Sr. Francisco Campello o acesso aos dados do SAP. Apresentou como sugestão que o Sr. Francisco Campello **deveria liberar os dados que já são públicos**.

A Sra. **Graça Sobreira, SEMAS-PE**, parabenizou pelo excelente trabalho do SAP e mencionou sobre fazer um zoom no estado de PE para checar os dados.

A Sra. **Rita Marcia Pinto da Silva Ribeiro, INPE**, enfatizou que quanto mais cedo forem recebidas as validações dos estados, melhor para calibrar os dados e corrigir possíveis erros.

O Sr. **Jaime Saiz, DCD-MMA**, parabenizou pelo trabalho. Ressaltou que houve um avanço bem forte do ponto de vista do usuário e isto é o que a UNCCD pede para um sistema como este. Enfatizou a visão política que delineou o bioma cerrado e que excluiu os enclaves. Sugeriu que fosse observado na escala os tabuleiros da Chapada do Araripe. Destacou que os biomas acompanham mais o solo do que o clima e que o solo não muda e o clima muda. Sugeriu confrontar manchas umas com as outras.

O Sr. **Francisco Campello**, Secretário Executivo da CNCD, destacou que a **expectativa do MMA em relação ao SAP** é de que o sistema funcional seja alimentado e adequado pelo INPE e que o monitoramento do sistema para os alertas seja efetuado pelo CEMADEN. Desta forma se tem o uso da ferramenta e a qualificação desta. Enfatizou que o software é publico. Lembrou que o MMA, por meio do Fundo Nacional de Mudança do Clima, o Fundo Clima, em articulação com o Departamento de Combate à Desertificação, assinou convênio com o CEMADEN transferindo recursos da ordem de 10 milhões de reais, sendo que deste valor um milhão seria destinado para dar o suporte ao SAP. Destacou que o SAP não é um sistema concorrente com outros, mas um sistema que soma com os demais e atende à UNCCD na questão do alerta precoce. Lembrou a necessidade de que os “pesos” devem ser objeto de discussão para qualificação no âmbito da Câmara Técnica que trata deste tema, e que esta deve conduzir um primeiro trabalho para qualificar o SAP. Sugeriu **que a CT realize uma oficina de trabalho com especialistas para leituras, inclusive convidando o próprio Crepani**. Enfatizou que há recursos no âmbito da cooperação técnica com o IICA para apoiar o processo de qualificação do SAP. Informou que o objetivo da apresentação do SAP para a CNCD era para se ter as primeiras críticas e avançar.

O Sr. **Marcelo Ribeiro**, representante do governo do **Estado de Alagoas**, cumprimentou o INPE pelo magnífico trabalho e destacou que em 200/2010 a tendência foi perda de cobertura vegetal e a necessidade de um esforço concentrado da CNCD para a caatinga e o cerrado. Biomas devem ser considerados como patrimônio nacional e devem constar na Constituição Federal.

O Sr. Francisco Campello agradeceu as sugestões e, em seguida, convidou a Sra. **Aluzilda Janúncio de Oliveira**, representante da Fundação Parque Tecnológico da Paraíba para apresentar a metodologia desenvolvida para definir a **estratégia para os pactos de sustentabilidade da matriz energética do setor cerâmico da Paraíba, Ceará e Sergipe**. Destacou que situação semelhante acontece no Pólo Gesseiro do Estado de Pernambuco e que no Ceará já houve uma reunião com toda a equipe do Baixo Jaguaribe, setor Cerâmico.

A Sra. **Aluzilda Janúncio de Oliveira** se apresentou, informando que trabalha com a questão da eficiência energética na ponta, com as indústrias. Informou que coordena um projeto desenvolvido com recursos do Fundo Clima pela Fundação Parque Tecnológico da Paraíba- PacTcPB e a parceria do Serviço Florestal Brasileiro e do DCD/MMA de prestação de serviços de capacitação e assistência técnica para a promoção do uso eficiente e racional da biomassa florestal para empresas do setor de cerâmica vermelha. O projeto iniciado em 2013 envolve 20 empresas localizadas em polos industriais no estado de Pernambuco e na região do Seridó da Paraíba e do Rio Grande do Norte e tem como foco a promoção do uso sustentável do recurso florestal, o manejo florestal junto com a eficiência energética das empresas. Fez uma breve explanação sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Centro de Produção Industrial Sustentável – CEPIS/PacTcPB, do qual é coordenadora.

A Sra. **Aluzilda J. Oliveira** enfatizou que a inovação apresentada pelo projeto é que se coloca a questão do manejo florestal junto com eficiência energética e a partir destes dois pilares é que se trabalha com as empresas. Informou que quando foi montada a estratégia com as empresas havia uma grande oportunidade para se efetivar um pacto pela sustentabilidade. Partindo de um diagnóstico quase como uma inspeção industrial, trabalhando com quase 20 indicadores, tanto indicadores de eficiência quanto na área florestal. A partir destes indicadores foram sendo criadas as ações subsequentes. Nos diagnósticos foi possível perceber não só os tipos de fornos que as empresas usam e todos os problemas da eficiência destes tipos de fornos. O **maior problema das cerâmicas é o seu estoque tecnológico que é sempre muito artesanal**, onde quase 70% das indústrias rurais, as cerâmicas, ainda queimam com fornos de baixa eficiência ao utilizar um forno caieira com impacto ambiental enorme. Concluiu-se que trabalhar apenas com a melhoria dos fornos deixa outras questões importantes de fora do processo: como a lenha chega às empresas, como é estocada, como é queimada. Juntaram equipes de engenheiros florestais e que trabalham com eficiência, e estes dados apontaram questões muito interessantes como qual o melhor caminho para se criar protocolos de definição de boas práticas. Junto com os ceramistas fizeram capacitações de quase 300 horas de trabalho que trouxeram mais elementos e instrumentos para avançar na questão do pacto. Enfatizou que havia a necessidade de se trabalhar a empresa e o entorno, pois é aí que se encontra o processo de desertificação. E que, nesse sentido o trabalho mapeou e detectou os pontos exatos onde há desperdícios e os aspectos que precisam de eventuais melhorias. Destacou que com os protocolos de boas práticas que foram construídos ao longo da capacitação, as empresas começaram a ter bons resultados no viés econômico. Trouxeram parceiros para o projeto e montaram parcerias com o Ministério Público, SUDEMA, ADEMA, IDEMA e universidades. Ao terminar a fase do diagnóstico, esse um acervo de conhecimento foi entregue para a empresa mapear o entorno. Esses resultados mostraram a necessidade

de um pacto e que existe área de manejo disponível, o que não há é uma gestão. E tudo isto veio ao encontro da proposta do MMA para um pacto. Disse que, neste momento, estão reunindo este grupo de empresas e estabelecendo um programa de fomento para o setor cerâmico da Paraíba com a participação ativa do setor com ações de contrapartida junto com a Associação de Ceramistas da Paraíba, o CEPIS e o órgão ambiental do Estado para dar legitimidade ao processo.

O Sr. **Francisco Campello** retomou a coordenação dos trabalhos e informou que esta experiência será replicada em Sergipe e que este modelo de pacto poderá ser replicado em outros estados

.A Sra. **Rita Marcia Pinto da Silva Ribeiro**, INPE, sugeriu que o conjunto dessas informações seja disponibilizado em um site.

A Sra. **Margareth Silvia Benício de Souza Carvalho**, representante do governo do estado do Ceará pela Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos - FUNCEME, parabenizou o projeto e destacou que o mapeamento da vegetação identifica também de onde vem a lenha.

O Sr. **Marcelo Ribeiro**, governo do Estado de Alagoas, destacou que no Seridó as indústrias trabalham com lenha nativa, e com relação as populações difusas há experiências como os fogões ecológicos, experiência socializada na CNCD anteriormente.

O Sr. **Stephenson Ramalho de Lacerda, da Fundação Araripe**, parabenizou o trabalho e enfatizou que é o que a Fundação Araripe vem pensando para a região do Araripe. Mapeamento da vegetação com potencial de manejo, indicadores e que os setores interajam.

Finalizando, a Sra. **Aluzilda J. Oliveira** observou que os protocolos de boas práticas são muito importantes, pois identificam os problemas e as capacitações orientam como cortar, armazenar, usar, ou seja, a logística na ponta.

Com a palavra o Sr. **Eliseu José de Oliveira**, representante da **sociedade civil de Minas Gerais pelo CAA**, destacou que trouxe para o conhecimento da CNCD o Projeto **que vem sendo desenvolvido pelo CAA com a FAO** para a soberania alimentar dos povos tradicionais a ser executado até o ano de 2020. Informou que o CAA foi selecionado por meio do Edital/FAO entre 300 projetos apresentados.

O Sr. Francisco Campello solicitou ao CAA que encaminhe à Coordenação da CNCD o Projeto com a FAO para que seja disponibilizado na página da Comissão.

O Sr. **Thiago Roberto Soares Vieira, SEMARH/SE**, fez referência ao diagnóstico florestal do Estado de Sergipe e que o uso da lenha é uma constante,

para cozinhar e para cadeia produtiva como o setor cerâmico. Destacou que até 1990 Sergipe era o 1º produtor de laranja e que algumas destas áreas estão sendo convertidas de produção de laranja para matriz energética.

Os membros da CNCD fizeram breves considerações sobre questões relacionadas ao manejo florestal adequado associado à conservação de solo, a promoção do uso sustentável dos recursos naturais, teor do texto da PEC da Caatinga, entre outros.

Após um breve intervalo o Secretário Executivo da CNCD fez breve explanação e **observações sobre a finalidade e a composição das quatro Câmaras Técnicas** – (i) CT de Articulação, gestão e legislação; (ii) CT Comunicação e formação; (iii) CT de Ciência e tecnologia e conhecimentos tradicionais e (iv) CT de Revisão, avaliação e monitoramento do PAN Brasil.

A continuidade dos trabalhos ocorreu com o **informe do Sr. Francisco Campello sobre a UNCCD e as ações do Departamento de Combate à Desertificação**. Enfatizou que dentre as diretrizes da UNCCD para implementar a Convenção está o fortalecimento dos instrumentos da cooperação técnica e as ações da sociedade civil. O DCD vem fazendo um movimento para o fortalecimento da cooperação técnica, elaborando uma plataforma de cooperação e articulando as ações entre os projetos. Destacou que dois projetos de cooperação técnica sob a direção do DCD/MMA se encerram este ano sendo estes a cooperação com o IICA no projeto de apoio a implementação do PAN Brasil e, com o PNUD, em ação voltada para a Bacia do São Francisco. Discorreu sobre as duas frentes de cooperação que estão sendo firmadas com recursos da ordem de nove milhões de dólares do Fundo Global Ambiental - GEF para projetos de combate à desertificação. São duas ações, uma com a FAO e uma com o PNUD. O projeto com a FAO visa fortalecer e qualificar as ações de boas práticas. Está sendo estruturado um escritório da FAO no Nordeste, com sede no INSA-MCTI, em Campina Grande/PB e a ação com o PNUD visa ao fortalecimento institucional qualificando os processos de licenciamento. Destacou que com o IICA foi aprovado o Projeto de Cooperação na faixa de 10 milhões de reais que visa definir estratégias para o planejamento e implementação de ações de prevenção, combate à desertificação face aos cenários de mudanças climáticas e à estratégia decenal da UNCCD. Destacou, também, outras iniciativas do DCD-SEDR/MMA voltadas para a questão energética, segurança alimentar, hídrica e de produção que vêm sendo trabalhadas em parceria com a Agência Nacional de Água – ANA e a proposta, junto com o Movimento dos Trabalhadores do Campo-MTC para um programa de recuperação de áreas degradadas, da capacidade de produção e da conservação hídrica no semiárido, entre outros.

O Sr. Francisco Campello passa a palavra para o Sr. **João Savio Padilha, DCD-SEDR/MMA**, que fez uma breve abordagem resgatando informações sobre a

Proposta Base Zero no âmbito do documento da Agenda 21, iniciativa esta que foi implementada na Fazenda Caroá, município de Afogados da Ingazeiras. O Sr. João Sávio informa que, por problemas operacionais, foi transferido para a programação de amanhã a exibição de um vídeo sobre esta iniciativa Base Zero.

Foi apresentada sugestão de alteração da ordem da pauta que foi aprovada pela plenária. Em seguida a **Sra. Luciana Hemétrio Valadares**, DCD-SEDR/MMA, Coordenadora da Secretaria Executiva da CNCD, fez uma **comunicação** sobre o **Programa Dryland Champions da UNCCD para boas práticas** destacando que no dia 17 de junho os projetos selecionados receberão certificado do Secretariado da UNCCD. Solicita o **envio dos projetos** e ressalta que será disponibilizado na página da CNCD o Edital e o formulário a ser preenchido e que os projetos deverão ser encaminhados até final de maio.

Nesse momento os **trabalhos da manhã foram concluídos** para serem retomados após o almoço com o momento dos informes.

Intervalo para almoço.

Às 14:30 horas o Sr. Francisco Campello retoma os trabalhos e as **Câmaras Técnicas instituídas se reúnem** em quatro salas de trabalho distintas para o cumprimento de suas respectivas pautas.

V REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

Dia 9 de maio de 2014

No dia 9 de maio de 2014, às oito horas e trinta minutos foram **reiniciados os trabalhos** da V Reunião Extraordinária da Comissão Nacional de Combate à Desertificação – CNCD.

O Sr. **Francisco Carneiro Barreto Campello**, Secretário Executivo da CNCD, ao abrir os trabalhos registra a presença do Superintendente do IBAMA no Estado de Sergipe e, em seguida, passa a palavra para o Sr. **João Sávio Padilha** que **exibirá um vídeo sobre o projeto Base Zero** que mostra, principalmente, as técnicas de barramentos sucessivos construídos com critério de localização, marcação e arrumação de pedras no formato de arco romano e sem argamassa. O Sr. João Sávio informa que o vídeo foi produzido em 1998, quando o MMA era o Ministério Extraordinário de Política Fundiária, e que é o

registro da implementação das ações do Programa Base Zero na fazenda Caroá, uma área de 650 ha localizada no município de Afogados da Ingazeira/PE.

Após a exibição do vídeo a Sra. **Elessandra Araújo de Souza**, representante da **sociedade civil do Estado de Alagoas**, informa sobre o Programa P1+2 e sugere que seja marcada uma visita à experiência apresentada no vídeo e à experiência da ASA em Jaramataia/AL.

A Sra. **Luciana Hemétrio Valadares**, DCD-SEDR/MMA, coordenadora da Secretaria Executiva da CNDC, abre a **plenária para que as Câmaras Técnicas** apresentem os resultados das discussões e os encaminhamentos acordados.

A Sra. **Fabiana Gomes da Silva**, representante do governo do **Estado de Espírito Santo**, faz uma apresentação sobre os trabalhos da **CT - CIÊNCIA E TECNOLOGIA E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS**. Informa que, inicialmente, a CT abriu uma discussão para melhor compreensão do papel desta Câmara, definiram temas relevantes para o 1º Plano de Trabalho da CT, a saber:

- i. Qualificação tecnológica de fontes de energia (eficiência de uso);
- ii. Avaliação da metodologia do SAP;
- iii. Práticas adotadas por agricultores experimentadores para convivência com a semiaridez;
- iv. Manejo Florestal

Em seguida, a Sra. **Fabiana Gomes da Silva** informou que discutiram sobre a **eleição do presidente desta CT e acharam pertinente que esta eleição fosse realizada na próxima reunião**, considerando que pode haver outros membros interessados em participar da CT e que não estavam presentes neste momento. Nesse sentido elegeram um **presidente temporário** e que talvez o representante do INSA-MCTI tenha interesse em assumir esta responsabilidade, uma vez que o Ponto Focal científico do Brasil na UNCCD está nesta instituição. Destacou que dentre outras questões discutidas pela CT estão o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA e a importância de se ter troca de saberes com interlocutores entre o conhecimento científico e o tradicional, que pode se realizar por meio de cursos de capacitação.

O Sr. **Francisco Campello** menciona o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC para a formação técnica e a necessidade de se articular e buscar a integração das ações no âmbito das políticas públicas. Destacou o importante papel desta CT e que, em relação à questão energética, já existem iniciativas postas tais como o Programa de Fogões – Segurança Energética do Prolenha e o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Fundação Parque Tecnológico da PB, apresentado pela Sra. Aluzilda.

A **Sra. Elessandra Araújo de Souza**, representante da sociedade civil do Estado de Alagoas, apresenta os resultados das discussões da **CT - COMUNICAÇÃO E FORMAÇÃO**. Informa que foi eleita como relatora e para presidente desta CT elegeram a Sra. Vera Cardoso. Destacou que a CT deliberou sobre a necessidade de se fortalecer a comunicação interna e externa e que neste sentido definiram as seguintes estratégias:

- i. Estratégia de curto prazo - março a julho/2014: criar uma página no facebook onde os membros possam divulgar e trocar informações e um blog para divulgar as boas práticas onde cada estado das ASD posta o que vem sendo feito; os membros da CNCD podem acessar as redes ASA, INSA-MCTI; criar um grupo de discussão por meio de lista do gmail;
- ii. Estratégia de médio prazo: o MMA deverá contratar um profissional para desenvolver assessoria para a CNCD.

Como **proposta para o plenário a Sra. Elessandra Araújo de Souza** coloca a proposta da CT de que cada estado envie um breve informe sobre o estado da arte da implementação de seu Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação-PAE.

O **Sr. Secretário Executivo da CNCD, Francisco Campello**, ressalta a importância desta CT de Comunicação se articular com as assessorias de comunicação dos estados das ASD e do MMA para divulgação das ações da CNCD/Estados.

O **Sr. David Viegas Casarin, da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Espírito Santo**, apresentou os resultados das discussões da **CT-ARTICULAÇÃO, GESTÃO E LEGISLAÇÃO**. Destacou que tiveram dificuldades na compreensão do papel desta CT e que elegeram como presidente temporário o Sr. Marcelo Ribeiro, representante do governo do Estado de Alagoas. Informou que a CT discutiu sobre a importância de tratativas com o MDA sobre o Plano Safra para o Semiárido e que centraram em temas que acharam pertinentes, destacando:

- i. O PPA Federal – ações transversais. Neste aspecto, a CT, por meio de um GT, se propõe a realizar, até setembro/2014, análise das ações que tem relação com o combate à desertificação, com as causas da desertificação e desdobrar esta análise para os PPAs dos Estados com esforço para pelo menos 2 estados. O GT deverá enviar convite para os Estados e, ao final, realizar um seminário de intercâmbio;
- ii. Acompanhamento da legislação pertinente – a CT indicou o nome do Sr. Edison Ribeiro dos Santos, representante do governo do estado da Bahia.

Em relação a outros temas, o Sr. David Viegas Casarin, em nome da CT, solicitou ao Sr. Secretário Executivo da CNCD maiores informações sobre o viés para discussão da temática de uso e ocupação do solo e licenciamento.

O Sr. **Carlos Tadeu Assumpção de Pinho, do Ministério do Planejamento**, complementando as informações sobre as questões afetas a esta CT mencionou que a sugestão, em relação ao tema do licenciamento, é também fazer um seminário para o nivelamento das informações no âmbito da CNCD, caso a plenária se manifeste favorável. Outra questão levantada pelo Sr. Marcelo, em relação à gestão, é se a CNCD tem um planejamento estratégico (onde estamos, para onde iremos e como iremos) e que seria importante ter este planejamento para articular meios e incorporar aos trabalhos da CT.

O Sr. **Secretário Executivo da CNCD, Francisco Campello**, informou que o GT que deu origem a esta CT tinha um planejamento estratégico para acompanhar etapas, como por exemplo, a tramitação do PL da política nacional de combate à desertificação no Congresso Nacional – porque não andou e onde se quer chegar com a política, e que a CT poderia retomar. Sugeriu que para dar maior visibilidade à CNCD que as reuniões poderiam ser realizadas em espaços como o do BNB, do INSA-MCTI, e em sedes dos governos estaduais.

O Sr. **Jaime Saiz, DCD-SEDR/MMA**, apresentou em plenária as deliberações da CT - **REVISÃO, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DO PAN BRASIL**. Informou que elegeram como presidente provisória a Sra. Margareth Silvia Benício de Souza Carvalho, representante do Governo do Estado do Ceará pela FUNCEME, e como relator ele próprio. Relatou que fizeram uma análise dos documentos da ultima reunião do GT. A CT buscou esclarecimentos sobre a questão do alinhamento do Plano de Ação Nacional à Estratégia Decenal da UNCCD, sobre o escopo da UNCCD em relação à delimitação das áreas e/ou inclusão de novas áreas, entre outros. Em relação ao escopo da Convenção chegaram à conclusão de que se trata de um processo e como tal precisará de outras contribuições mais técnicas, além da CT. O Sr. Jaime observou que a CT discutiu bastante sobre o que significa este alinhamento do Plano Nacional às diretrizes da UNCCD e enfatizou que esta iniciativa tem como base uma Resolução da Conferência das Partes. Em seguida fez referência sobre como tem sido a participação do Brasil na Convenção e abordagens de cunho mais pessoal sobre a utilização da expressão convivência com o semiárido destacando que este tema diz respeito ao semiárido e refere-se a tema e área de atuação do Ministério da Integração e não do MMA que deveria usar conviver com a aridez. Destacou que esta Câmara é diferente das outras e que a função desta CT, mais do que as outras vem de fora, vem da Convenção para o Brasil, é uma necessidade do país como um todo.

O Sr. **Eliseu José de Oliveira, representante da sociedade civil de Minas Gerais**, pediu a palavra para informar que terá que se retirar e que não será

possível assistir a apresentação sobre o Relatório Nacional da UNCCD e que gostaria de contribuir para a elaboração do documento. Solicita que o mesmo seja enviado por e-mail e, preferencialmente, no idioma português. Segundo ele, às vezes tem chegado a informação do Relatório em inglês. Deveria ser enviada uma orientação de como as organizações poderiam contribuir.

O **Sr. Francisco Campello**, respondendo ao Sr. Eliseu, informa que pode ter chegado de forma errada considerando que tem tomado o maior cuidado para traduzir os textos e formulários para que cheguem a todos.

A **Sra. Margareth Silvia Benício de Souza Carvalho**, representante do Governo do Estado do Ceará pela FUNCEME, complementando a fala do Sr. Jaime sobre as ações da CT destaca que uma das principais ações desta CT será a revisão do PAN, com a colaboração de todos. Destacou que existem outras questões relevantes e, dentre estas, o papel do Ponto Focal Nacional no âmbito do Plano e para aparecer fora do país e a necessidade de se reforçar os PAEs. Referindo à fala do Sr. Jaime disse que discorda do mesmo e isso foi colocado na discussão da CT e que esta é uma questão mais técnica que deve ser amplamente discutida com outros especialistas e, que por enquanto, entende que o Brasil deve adotar o escopo da UNCCD. Discordou também da interpretação do Sr. Jaime quanto à questão do uso da expressão convivência com o semiárido e de que este é um tema abordado pelo Ministério da Integração. A questão é mais ampla e que no Estado do Ceará o MI trabalha muito com a convivência.

O **Sr. Devanir Garcia dos Santos Pereira dos Santos**, representante da ANA, ressaltou que objetivamente numa revisão como esta é preciso refletir em cima do que os PAEs colocaram como ações e, principalmente, correlacionar estas ações com recursos. Há a necessidade imediata de definir os projetos que estão identificados e começar a trabalhar. Acha que a UNCCD contribui muito pouco para o país. O que importa não é estar bem com a Convenção, mas estar bem localmente com as ações chegando no campo. Reiterou que o teor de uma revisão como esta é focar em projetos e previsão de recursos para a implementação destas no campo.

O **Sr. Jaime Saiz**, para contextualizar, destacou que quando fez referência à convivência foi em relação ao histórico e que reconhece que hoje há ações de convivência no MI e em outros ministérios. Concordou em parte com o Sr. Devanir Garcia dos Santos Pereira dos Santos ressaltando que a UNCCD realmente não dá nada para o País, mas que é um espaço generoso para mostrar o País para os espectadores como o Banco Mundial, o GEF, o PNUD, o PNUMA, os Países Parte e que isso, ao final, gera grandes parcerias e acordos com países e com organismos de cooperação internacional que financiam ações importantes no país.

O **Sr. Francisco Campello**, fazendo menção ao que foi colocado pelo Sr. Devanir Garcia dos Santos Pereira dos Santos e o Sr. Jaime observa que, enquanto Diretor do DCD e Secretário Executivo da CNCD, busca sinalizar em relação à implementação da UNCCD com os programas transversais detectados pelo Ministério do Planejamento. Porém, segundo ele, muitas vezes os gestores das ações dos programas não reconhecem que o que vêm fazendo está interligado com a temática do combate à desertificação. Cita como exemplo o esforço para que o MDA colocasse Plano Safra para A Convivência com o Semiárido e o Combate à Desertificação. Ocorreram muitas discussões e documentos foram elaborados mostrando a importância estratégica para a Convenção e que foram em vão, pois, ao final, nem sequer mencionaram a questão da desertificação. Por isso que se aposta na CT de Articulação para haver mais sensibilidade e mais visibilidade e para que o representante de cada instituição na CNCD leve a temática para dentro de suas instituições. Destacou que se fosse criado um mapa de projetos, pensando ações concretas, com investimentos específicos para o tema do combate à desertificação, hoje, somariam um valor aproximado de 100 milhões para um conjunto de 40 ou 50 projetos. Destacou que para um país da dimensão do Brasil isso não representa muito, mas para a temática do combate à desertificação apontar que está com ações concretas no campo é muito. Destacou a necessidade de se criar um programa para o semiárido que venha com esta lógica da convivência.

Em seguida, o **Sr. Francisco Campello** informou que estão querendo retomar a discussão da Portaria que delimitou o semiárido e que, ontem, recebeu uma ligação do secretário do MI indagando se deveria ser exclusiva deste ministério, convidando o MMA e o MCTI ou se seria melhor criar uma portaria interministerial. Observou nesta questão que isto passa por uma decisão da Ministra e que o que poderia ser feito é indicar uma representação da CNCD para participar desse GT ou do próprio MMA para a discussão da nova delimitação política do semiárido.

Outra situação colocada pelo **Secretário Executivo da CNCD** para esta CT refere-se ao SAP, que está sendo estruturado com informações atualizadas de 5 em 5 anos e que, segundo ele, pode ser a grande ferramenta de monitoramento da implementação dos planos nacional, estaduais e até mesmo dos municipais. Destacou que é estratégico que a revisão do plano seja de acordo com o instrumento de monitoramento, no tempo previsto de 5 anos pois dois anos é muito pouco tempo para se avaliar a implementação de um plano, tanto para governo quanto para a sociedade. Como **encaminhamento** sugeriu que a proposta de 5 anos seja avaliada.

O Sr. Campello, destacou como **encaminhamento**, em relação a nova tendência da UNCCD de um novo foco para a Convenção, pedir ao governo que faça um movimento junto à FIFA para que no dia 17 de junho deste ano a seleção

mexicana e a seleção do Brasil entrem em campo com uma faixa fazendo referência ao Dia Mundial de Combate à Desertificação.

O **Sr. Victor Uchôa Ferreira da Silva**, SUDENE, observou que uma questão sobre o SAP que foi abordada pela CT que ele participa é que quando foi apresentada a área lhe pareceu similar com a área da Sudene abrangendo os nove estados do Nordeste. Questionou se a área do SAP é a que foi projetada, pois o PAN abrange áreas sub úmidas secas e semiárida, e como isto é tratado pelo SAP. Está trazendo esta questão pois foi objeto de discussão na CT.

O **Sr. Jaime Saiz** faz uma referência ao histórico das delimitações das áreas pelos países e pelo Brasil.

O **Sr. Marcos Santana, DCD/MMA**, se posiciona em relação ao trabalho do SAP, informando que foi adotada uma área mais abrangente para que se contemplasse e abrangesse também o norte de Minas e o do Espírito Santo.

A **Sra. Margareth Silvia Benício de Souza Carvalho** e o **Sr. Jaime** respectivamente fizeram observações de que para se rever toda a área que sofre secas, definindo-as como suscetíveis à desertificação, são necessários dados. Não se pode redefinir apenas por constatações. Além disso, algumas áreas ficaram fora do escopo inicial.

O **Sr. Francisco Campello** propõe que o SAP seja discutido no âmbito da CT que discutirá o alinhamento e, como **recomendação**, por meio de uma oficina com setores competentes para um debate mais apurado com a observação de que haverá uma reavaliação do semiárido no Brasil.

Em seguida o Sr. Jaime Saiz, DCD/MMA, faz um informe sobre o sistema Prais e a elaboração do Relatório Nacional de Implementação da UNCCD, a estratégia para que as informações cheguem dos estados e das instituições. Destaca que o Relatório busca contemplar os 20 anos da Convenção e a informação sobre as principais boas práticas implementadas pelos países. Nesse momento somente informar e no próximo relatório, daqui dois anos, serão inseridos os dados e maior detalhamento sobre essas boas práticas.

O **Sr. Francisco Campello** observou que o preenchimento do formulário para o **prêmio de boas práticas da UNCCD** atende também ao Sistema Prais e que os formulários serão **encaminhados** por e-mail e será necessário que os estados e a sociedade civil observem os prazos estabelecidos para o envio do documento. Observou que os indicadores que estão sendo avaliados são o Índice de Cobertura Vegetal e a porcentagem de pessoas acima da Linha de Pobreza, tendências que sinalizam se está havendo esforço do país para boas práticas e para conter desmatamentos. Em seguida fez observações sobre o uso da língua inglesa no âmbito da UNCCD e um esforço da CPLP para que o português seja também aceito como língua oficial das nações Unidas

Como encaminhamentos finais, o Sr. Francisco Carneiro Barreto Campello, informa:

- (i) que o Brasil apresentou um projeto ao Fundo Global Ambiental - GEF e que este foi aprovado e será desenvolvido no estado de Sergipe;
- (ii) que, no 2º semestre, o Brasil com o apoio do IICA está viabilizando uma demanda que foi acordada na COP realizada na Namíbia sobre a vinda de representantes dos países lusófonos para fazer uma visita às experiências do Brasil e aqui, ao final, será realizada uma oficina no INSA-MCTI, em Campina Grande/PB, com objetivo de construir um projeto para fortalecer a disseminação e a formação para as boas práticas. O centro de referência onde esta ação vai acontecer é a UNILAB, em Redenção/CE. No Juazeiro do Norte e Crato/CE será realizado um seminário internacional.
- (iii) com relação às boas práticas, na Namíbia o Brasil apresentou um evento paralelo mostrando as boas práticas desenvolvidas no país e teve duas demandas: uma é a rede WOCAT coordenada por uma universidade da Suíça ligada à UNCCD e tem como meta fazer um grande programa de sistematização de boas práticas no mundo, e convidou o Brasil para fazer parte desta rede. Aproveitando esta visita dos países lusófonos ao Brasil o WOCAT realizaria uma oficina sobre como levar estas informações de boas práticas para este ambiente internacional, com uma metodologia em um padrão nivelado em todas as partes do mundo. A outra demanda refere-se à rede DESERTNET que, atendendo à proposta da UNCCD de buscar maior regionalização dos debates científicos, foi autorizada pelo Secretariado e pediu que o Brasil coordenasse a pré-conferência do comitê de ciência e tecnologia da América Latina, provavelmente depois das eleições. Buscando fortalecer o INSA-MCTI como correspondente científico do Brasil na UNCCD, o evento deverá ser realizado em sua sede, em Campina Grande. Estas ações buscam o fortalecimento das representações do Brasil no ambiente da Convenção.
- (iv) o Brasil está fazendo o primeiro cadastro de redes de ONGs na Convenção. A ASA está sendo inscrita na UNCCD como rede e, desta forma, o Brasil está inserindo mais de mil ONGs dentro do sistema da UNCCD e isso fortalece a diretriz de trabalhar com organismos sociais e a cooperação no ambiente da Convenção.

A Sra. Luciana Hemétrio Valadares, coordenadora da Secretaria Executiva da CNCD, abre a palavra para **informes dos estados e demais presentes**.

O Sr. Edison Ribeiro do Santos, representante do governo do estado da Bahia, fez menção ao PAE/BA lançado oficialmente em 26 de abril e comunicou sobre o esforço do Estado para a Política Estadual de Combate à Desertificação, por meio de Decreto, em um prazo de 90 dias. Informou que no período de 16 a 19 de maio a Bahia sediará o 3º Encontro Nacional de Agroecologia.

A **Sra. Fabiana Gomes da Silva**, representante do governo do estado de Espírito Santo, informou sobre a criação de uma Agência Estadual de Recursos Hídricos em fase de estruturação e que a Diretoria de Recursos Hídricos do IEMA será transferida para esta Agência.

O **Sr. Victor Uchôa Ferreira da Silva**, SUDENE, informou sobre recursos no orçamento da SUDENE, da ordem de 900 mil reais, para ZEE e tendo como prioridade os biomas caatinga e cerrado de estados da área de atuação da SUDENE por meio de chamada no SINCONV, apenas para a administração estadual.

O **Sr. Devanir Garcia dos Santos Pereira dos Santos**, da ANA, informou sobre lançamento de novo Edital de cerca de 5 milhões de reais, até o final de maio, para apoiar municípios menores que 50 mil habitantes para tratar de efluentes e reutilização água da irrigação.

O **Sr. Jaime Saiz, DCD-SEDR/MMA**, lembrou a importância de se retomar o debate para inclusão do IBAMA como membro da CNCD.

O **Sr. João Padilha, DCD-SEDR/MMA**, mencionando a questão do IBAMA como membro da CNCD colocou que será necessária uma alteração do decreto. Mas a Política Nacional ao ser aprovada, na sua regulamentação, exigirá um novo decreto e esta questão poderá ser revista.

Encerrando os trabalhos, o **Sr. Francisco Campello** agradeceu a presença de todos e propôs que a próxima reunião da CNCD se realizasse no Crato, na época do evento dos países lusófonos.